

na Embaixada em Manágua, em comissão de serviço, em 15 de Novembro de 1968; segundo-secretário de embaixada, em 31 de Dezembro do mesmo ano, na Secretaria de Estado, em 7 de Setembro de 1969, continuando em comissão de serviço na Embaixada em Manágua, na Secretaria de Estado, em 3 de Janeiro de 1971; auditor do 40.º curso do Colégio de Defesa da NATO, em Roma, de 10 de Fevereiro a 23 de Julho de 1972; na Embaixada em Roma, em 18 de Outubro de 1974; primeiro-secretário de embaixada, em 7 de Dezembro do mesmo ano; representante permanente junto da FAO, em Junho de 1976; na Embaixada em Pretória, em 7 de Abril de 1978; conselheiro de embaixada, em 15 de Dezembro de 1979; na Secretaria de Estado, como chefe da Repartição da Europa e América da Direcção-Geral dos Negócios Políticos, em 10 de Novembro de 1980; na Embaixada em Madrid, em 23 de Agosto de 1983; ministro plenipotenciário de 2.ª classe, em 27 de Dezembro de 1985; subdirector-geral dos Negócios Políticos e Económicos, em 16 de Agosto de 1988; ministro plenipotenciário de 1.ª classe, em 8 de Agosto de 1990; representante permanente junto do Conselho da Europa, em 28 de Setembro de 1990; representante permanente junto da NUOI, em Genebra, em 27 de Janeiro de 1995; embaixador, em 19 de Setembro de 1995; embaixador em Haia, em 12 de Junho de 1999; representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 2 de Setembro de 2002, na disponibilidade em serviço em 19 de Novembro de 2004, continuando no posto até 24 de Dezembro de 2004.

Grã-cruz da Ordem do Mérito; grande-oficial da Ordem do Infante D. Henrique; grã-cruz da Ordem de Orange e Nassau, dos Países Baixos; grande-oficial da Ordem de Isabel, a Católica, de Espanha; comendador da Ordem de Leopoldo II, da Bélgica; comendador da Ordem do Rio Branco, do Brasil; comendador da Ordem da Bandeira, da Hungria; comendador da Ordem do Mérito, da Itália; comendador da Ordem da Bandeira, da Jugoslávia; comendador da Ordem de Miguel de Larreynaga, da Nicarágua; comendador da Ordem de São Silvestre, da Santa Sé; oficial da Ordem do Mérito, da França.

Despacho conjunto n.º 1100/2005. — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, nos artigos 5.º, 43.º, n.º 1, e 44.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, foi determinada por despacho conjunto de 6 de Outubro de 2005 a cessação de funções do ministro plenipotenciário de 1.ª classe António Chambers Antas de Campos do cargo de presidente da Delegação Portuguesa da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha e a sua nomeação como cônsul-geral de Portugal em Zurique, cujo extracto foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 28 de Outubro de 2005.

Considerando que o funcionário exerce igualmente, por inerência funcional, o cargo de presidente da Delegação Portuguesa na Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC), determinamos a cessação de funções do referido cargo, com efeitos à data da partida para o posto.

Consequentemente, determinamos igualmente que a data de cessação de funções de presidente da Delegação Portuguesa da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha produza efeitos a partir daquela data.

24 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto n.º 1101/2005. — Considerando que a presidente do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, engenheira Natércia Marília Rêgo Cabral, comunicou, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o termo da respectiva comissão de serviço;

Considerando que essa comunicação foi devidamente acompanhada pelo relatório de actividades desenvolvidas durante a respectiva comissão de serviço;

Considerando os resultados obtidos assim como a competência e dedicação demonstradas no desempenho da referida comissão de serviço e que a renovação desta foi, em conformidade, comunicada expressamente à interessada, de acordo com o n.º 1 do artigo 24.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;

Considerando o disposto nos artigos 19.º, n.ºs 1 e 4, 22.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugados com os artigos 6.º do Decreto-Lei n.º 488/71, de 9 de Novembro, e 23.º do Decreto-Lei n.º 58/2005, de 4 de Março, determina-se a renovação da comissão de serviço como presidente do Conselho Superior de Obras Públicas

e Transportes da engenheira Natércia Marília Rêgo Cabral, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

9 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

ANEXO

Currículo profissional

Nome — Natércia Marília Magalhães Rêgo Cabral.

Data de nascimento — 12 de Fevereiro de 1947.

Categoria — conselheira do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes desde 1994.

Formação académica de base:

Engenheira civil (1970);

Mestrado em Planeamento Regional e Urbano (1987);

Curso de especialização em Estudos Urbanos e Regionais.

Actividade profissional:

No Serviço de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Angola (1969-1976);

No Fundo de Fomento de Habitação (1976-1977);

No Gabinete da Área de Sines (1977-1988);

No Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (1988);

Na Direcção-Geral de Portos, como directora de serviços (1988-1993);

Na EXPO 98 como directora de projecto (1993-1996);

Na Administração do Porto de Lisboa, S. A., como presidente do conselho de administração (1996-2002);

No Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, como presidente (2003-2006).

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 1102/2005. — 1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, é renovada a nomeação, em comissão de serviço, no cargo de presidente do Estádio Universitário de Lisboa do Dr. João Manuel da Silva Roquette.

2 — Atento o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a exercer actividade de docência no ensino superior.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2005.

13 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Curriculum vitae

João Manuel da Silva Roquette nasceu em Lisboa, em 10 de Junho de 1960, tendo concluído a licenciatura em Educação Física no ex-Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa, em 1985, com a classificação final de 14 valores. Nesse mesmo ano de 1985 iniciou a sua carreira académica, a qual foi interrompida entre 8 de Junho de 1987 e 9 de Junho de 1989 para o cumprimento do serviço militar obrigatório na Marinha (56.º CFORN), com o número mecanográfico 00839581. Em 1992 concluiu o mestrado em Ciências do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa (FMH-UTL), com a classificação final de *Muito bom*. É docente do Departamento de Desporto da FMH — UTL desde 1985, tendo vários artigos e trabalhos publicados na área das ciências do desporto. Colabora com a Universidade de Évora, na licenciatura em Ciências da Actividade Física, desde 2002.

Requisitado pelo Instituto do Desporto para o exercício das funções de director técnico nacional da Federação Portuguesa de Judo, desde 1 de Setembro de 1994 até 1 de Setembro de 1997, foi responsável pela coordenação técnica nacional, formação, alta competição e organização das actividades desportivas. Coordenou o projecto de preparação e participação do judo nos Jogos Olímpicos de Atlanta (Projecto Atlanta 96), bem como a organização do Campeonato da Europa

de Juniores (Almada 94), Campeonato do Mundo de Juniores (Porto 96) e Campeonato de Judo organizado no âmbito das Jornadas Olímpicas da Juventude Europeia (Lisboa 97). Colaborou com a Federação Académica do Desporto Universitário (FADU) na preparação e participação da selecção universitária de judo nas Universiadas de Fukuoka'95 e nos Campeonatos do Mundo Universitários de Judo (Canadá, 1996).

Em 1997 é requisitado pelo Ministério da Educação para a coordenação dos Serviços Técnico-Desportivos do Estádio Universitário de Lisboa, para o exercício das seguintes funções de gestão desportiva: gestão e conservação das instalações e equipamentos desportivos; promoção e desenvolvimento da actividade física e desportiva; coordenação e supervisão de operações de manutenção; coordenação e supervisão dos recursos humanos e materiais; concepção e planeamento dos serviços técnico-desportivos, bem como o estabelecimento e aplicação de critérios de organização, regulamentação e funcionamento dos mesmos Serviços.

Foi nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director do Estádio Universitário de Lisboa, conforme o despacho, do Ministro da Educação, n.º 18 658/2000, de 7 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 14 de Setembro de 2000. Posteriormente, viria a ser nomeado presidente do Estádio Universitário de Lisboa pelo despacho conjunto n.º 139/2003, de 30 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 8 de Fevereiro de 2003. É membro do conselho administrativo do Estádio Universitário de Lisboa desde 1997.

Integrou a Comissão Nacional de Coordenação para o Ano Europeu da Educação pelo Desporto (AEED-2004), em representação do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, através do despacho n.º 23 700/2003, de 6 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003. Em 2004 foi presidente da comissão organizadora do FISUforum Lisboa 2004, tendo no mesmo ano integrado a comissão para o plano de desenvolvimento do Estádio Universitário de Coimbra, em representação do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior.

Ao nível internacional, exerce funções de secretário-geral da European Network of Academic Sports Services (ENAS) desde 2001.

Despacho conjunto n.º 1103/2005. — 1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 19.º e do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta o n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, é renovada a nomeação, em comissão de serviço, no cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Dr. António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho.

2 — Atento o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a exercer actividade de docência no ensino superior.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2005.

13 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Curriculum vitae

(síntese)

Nome e idade — António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho, de 44 anos de idade.

Cargo actual — secretário-geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, serviço da administração pública central que tem implementado um sistema de gestão da qualidade segundo o referencial da norma NP EN ISO 9001:2000 desde 3 de Março de 2005, tendo sido o primeiro serviço da administração pública central a ser certificado pela APCER — Associação Portuguesa de Certificação, relativamente a todas as áreas de intervenção.

Lugar de origem — assessor principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Habilitações académicas e formação complementar:

Mestrado «Direito em acção» pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, parte escolar concluída, encontrando-se suspenso o prazo para apresentação da dissertação;

Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual;

Pós-graduação em Ciências Jurídicas, «Direito em acção», pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa;

Pós-graduação em Estudos Europeus, dominante Jurídica, pelo Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa;

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa;

Diversos cursos de formação profissional, designadamente nas áreas do direito, das finanças públicas, da gestão e da administração pública e da informática.

Experiência profissional:

2005 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), após a tomada de posse do XVII Governo Constitucional;

2004 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES), XVI Governo Constitucional;

2002-2004 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES), XV Governo Constitucional;

2002 — Nomeado definitivamente assessor principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; 1997-2002:

Desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), XIII e XIV Governos Constitucionais;

Nomeado assessor da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1997:

Desempenho do cargo de adjunto do secretário-geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia;

Nomeado definitivamente técnico superior principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1996-1997 — nomeado adjunto para os assuntos jurídicos do Ministro da Ciência e da Tecnologia, XIII Governo Constitucional;

1994-1996 — desempenho do cargo de director de serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1994 — nomeado definitivamente técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1993:

Nomeado director dos Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

Nomeado chefe da Divisão de Apoio Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

Nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

1987-1993 — desempenho de diferentes cargos em gabinetes de membros do Governo, incluindo os de chefe de gabinete, conselheiro técnico e assessor;

1987-1991 — exercício da actividade de advocacia, em colaboração, no escritório do Dr. António J. Mendes de Almeida;

1986-1987 — realização do estágio de advocacia no escritório do Prof. Doutor José Maria Gaspar, tendo sido inscrito na Ordem dos Advogados em 1987.

Outras actividades e referências curriculares de maior destaque:

Representa o MCTES e representou o MCIES na Comissão para a Reavaliação dos Institutos Públicos;

Representou o MCIES no NAR (núcleo de acompanhamento da reforma) da Administração Pública;

Representou o MCES no grupo de trabalho interministerial no âmbito da «Estratégia da mobilidade»;

Representou o MCIES e o MCES na operacionalização da reforma da Administração Pública — áreas de actuação e metodologias de aplicação;

Representou o MCIES e o MCES na Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública;

Representou o MCIES e o MCES nas *task forces* II) Portal do Cidadão, IV) Racionalização dos custos das comunicações,

V) Portal do Governo e VI) Compras electrónicas; Coordenou o Núcleo de Modernização Administrativa do MCT;